



***EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM AÇÃO: O PAPEL DE UM SINDICATO
DOCENTE NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL EM CURITIBA***

***EDUCACIÓN ANTIRRACISTA EN ACCIÓN: EL PAPEL DE UN
SINDICATO DOCENTE EN LA DECONSTRUCCIÓN DEL RACISMO
ESTRUCTURAL EN CURITIBA***

***ANTI-RACIST EDUCATION IN ACTION: THE ROLE OF A TEACHERS'
UNION IN DECONSTRUCTING STRUCTURAL RACISM IN CURITIBA***

*João Paulo de Souza da Silva*¹

*Vanessa Ascenção Monteiro*²

RESUMO

Este artigo analisa o papel do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) na promoção de uma educação antirracista, destacando suas ações para desconstruir o racismo estrutural no contexto educacional de Curitiba. O trabalho busca compreender como o sindicato contribui para a formação docente, a revisão curricular e a produção de materiais pedagógicos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e relatos de experiências desenvolvidas pelo SISMMAC, como eventos, debates, publicações paradidáticas (como a “Coleção Personalidades Negras”) e parcerias com outras entidades. O estudo também examina o contexto socioeconômico e político pós-2016, marcado por retrocessos nas políticas educacionais e no combate ao racismo. Em um cenário conservador, o sindicato busca desconstruir o racismo estrutural no ambiente escolar e na sociedade local, valorizando a cultura afro-brasileira e combatendo estereótipos. O artigo conclui que a educação antirracista exige ações concretas, como a decolonização do currículo, a centralidade das epistemologias negras e a formação crítica de professores. O trabalho do SISMMAC serve como modelo para outros sindicatos e instituições, mostrando que a articulação entre movimentos sociais e políticas públicas é essencial para avançar nas questões raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista, racismo estrutural, sindicalismo docente, currículo, SISMMAC.

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

² Mestra em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

RESUMEN

El artículo investiga el papel del Sindicato de los Servidores del Magisterio Municipal de Curitiba (SISMMAC) en la promoción de la educación antirracista, centrándose en la deconstrucción del racismo estructural en el ámbito escolar. Su objetivo es analizar las estrategias del sindicato—como la formación docente, la revisión curricular y la producción de materiales pedagógicos—para valorizar la historia y cultura afrobrasileñas. La metodología es cualitativa, basada en análisis documental y relatos de experiencias, incluyendo eventos, publicaciones didácticas complementarias y alianzas institucionales. Los resultados demuestran que el SISMMAC, en un contexto político adverso posterior a 2016, ha contribuido a la descolonización del currículo y al enfrentamiento de estereotipos raciales. Se concluye que la educación antirracista requiere acciones articuladas entre movimientos sociales y políticas públicas, reforzando el papel de los sindicatos como agentes de transformación social.

PALABRAS-CLAVE: Educación antirracista, racismo estructural, sindicalismo docente, currículo.

ABSTRACT

This article analyzes the role of the Curitiba Municipal Teachers' Union (SISMMAC) in promoting anti-racist education, highlighting its efforts to deconstruct structural racism in Curitiba's educational context. The study seeks to understand how the union contributes to teacher training, curriculum review, and the production of teaching materials that value Afro-Brazilian history and culture. The research uses a qualitative approach, based on documentary analysis and reports of experiences developed by SISMMAC, such as events, debates, supplementary publications (such as the "Black Personalities Collection"), and partnerships with other organizations. The study also examines the post-2016 socioeconomic and political context, marked by setbacks in educational policies and the fight against racism. Within a conservative context, the union seeks to deconstruct structural racism in the school environment and local society, valuing Afro-Brazilian culture and combating stereotypes. The article concludes that anti-racist education requires concrete actions, such as decolonizing the curriculum, centralizing Black epistemologies, and critical teacher training. SISMMAC's work serves as a model for other unions and institutions, demonstrating that the connection between social movements and public policies is essential to advancing racial issues.

KEYWORDS: Anti-racist education, structural racism, teacher unionism, curriculum, SISMMAC.

* * *

Introdução

A escola, longe de ser um espaço neutro de transmissão de conhecimentos, revela-se um campo de disputa onde se reproduzem as hierarquias raciais da sociedade. Os dados do Instituto de Referência Negra Peregum (IPEC) em parceria com o Projeto Seta (2023), que apontam que 64% dos jovens identificam a escola como o principal local de

ocorrência de racismo, não apenas denunciam uma realidade perversa, mas exigem uma reflexão crítica sobre como a estrutura educacional brasileira naturaliza violências simbólicas e materiais contra estudantes negros. Como alerta Nilma Gomes (2012), a educação não é um processo abstrato, mas uma prática social profundamente marcada pelas relações de poder, que frequentemente silencia vozes e apaga histórias. A constatação de que o racismo se manifesta de forma tão intensa no ambiente escolar demanda mais do que diagnósticos pontuais; exige uma ruptura com o modelo eurocêntrico de educação, que historicamente marginalizou saberes africanos, indígenas e afro-diaspóricos, tratando-os como curiosidades exóticas e não como pilares fundamentais do conhecimento.

O racismo, enquanto sistema estrutural, não se limita a atitudes individuais de preconceito, mas se manifesta através de mecanismos institucionais que perpetuam desigualdades. Como explica Flavia Rios (2022), a escola opera como um aparato de racialização, onde corpos negros são constantemente vigiados, disciplinados e, não raro, criminalizados. Pesquisas demonstram que estudantes negros recebem punições mais severas por comportamentos idênticos aos de seus colegas brancos, evidenciando como o racismo se inscreve nas práticas cotidianas de gestão escolar. Essa lógica não é acidental, mas fruto de um projeto histórico que associa negritude a desvio, como bem analisou Abdias do Nascimento (1978) ao denunciar o mito da democracia racial brasileira como uma cortina de fumaça que oculta a violência do racismo à brasileira. Ainda que a Lei 10.639/2003 represente um avanço ao determinar o ensino da história e cultura afro-brasileira, sua implementação segue frágil, muitas vezes reduzida a abordagens superficiais que não questionam a branquitude como norma.

A representação de docentes negros no Brasil em 2021 de apenas 23% (INEP, 2022a, 2022b, 2022c), enquanto os negros compõem 56% da população (IBGE, 2022). — agrava esse cenário, pois limita a possibilidade de identificação positiva e reforça a ideia de que o lugar do negro na escola é o de aluno, nunca o de mestre. Para bell hooks (1994), a ausência de professores negros no sistema educacional não é uma mera coincidência, mas um reflexo do epistemicídio que sistematicamente excluiu pessoas negras dos espaços de produção de saber. Essa exclusão tem efeitos concretos: estudantes negros, privados de referências que validem sua humanidade, internalizam a ideia de que seu lugar social é predeterminado. O currículo tradicional, ao centrar-se em narrativas brancas e europeias, não apenas ignora as contribuições africanas e afro-brasileiras, mas também naturaliza a inferiorização simbólica da população negra. Como argumenta

Grada Kilomba (2019), o conhecimento colonial opera através de uma lógica de apagamento, onde a história do outro é contada sempre a partir do olhar do colonizador, nunca em seus próprios termos.

Nesse contexto, a educação antirracista não pode ser reduzida a um conjunto de boas intenções; ela deve ser entendida como um projeto político-pedagógico radical, que questiona as bases mesmas do sistema educacional. Paulo Freire (1996) já alertava:

Não há educação neutra. Toda educação é uma certa teoria do conhecimento posta em prática. É impossível falar de educação sem falar de poder. A educação é um ato político. Por isso, não há pedagogia neutra, não há educação neutra. A prática educativa é um momento político da formação do cidadão. Por isso, o educador deve assumir sua responsabilidade política no ato educativo. (Freire, 1996, p. 102-103)

Logo, vemos que a educação ou serve como instrumento de dominação, ou como ferramenta de libertação. Uma pedagogia verdadeiramente antirracista exige a descolonização do currículo, a centralidade de epistemologias negras e indígenas, e a formação docente comprometida com o enfrentamento do racismo em suas múltiplas dimensões. Movimentos como o feminismo negro e os coletivos educacionais antirracistas têm demonstrado que é possível construir alternativas, produzindo materiais didáticos que contestam narrativas hegemônicas e criando espaços de resistência dentro e fora da escola. A superação do racismo na educação não será alcançada com medidas paliativas, mas através de uma transformação estrutural que reconheça a escola como território de luta e ressignificação. Como ensina Sueli Carneiro (2005), o antirracismo não é um gesto de caridade, mas um imperativo ético para qualquer projeto educacional que se pretenda democrático e emancipador.

O cenário sócio-político do pós-golpe

O Brasil tem enfrentado profundos desafios na educação e em questões sociais desde o golpe de 2016, que resultou na destituição da então presidente Dilma Rousseff. A partir desse momento, uma série de mudanças estruturais e cortes orçamentários impactaram drasticamente o setor educacional, com reflexos em políticas de inclusão, formação docente e acesso ao ensino superior. O governo federal implementou reduções significativas no financiamento de universidades públicas, escolas técnicas e programas

de assistência estudantil, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), essenciais para garantir oportunidades a estudantes de baixa renda. Além disso, de forma acelerada e sem ampla discussão com a sociedade, foi imposta a reforma do ensino médio por meio da Medida Provisória 746/2016, que alterou a estrutura curricular, reduziu a obrigatoriedade de disciplinas fundamentais como filosofia, sociologia e artes, e ampliou a flexibilização por meio de itinerários formativos. Essa medida gerou críticas de especialistas, que alertaram para o risco de aprofundar as desigualdades educacionais e enfraquecer a formação crítica dos estudantes.

As políticas de inclusão e diversidade, que antes buscavam reduzir as disparidades no acesso à educação, foram progressivamente desmontadas. Programas voltados para populações indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência perderam prioridade, enquanto iniciativas essenciais para a alfabetização e a formação de professores, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Formação de Professores, foram drasticamente reduzidos ou extintos, comprometendo a qualidade da educação básica. Paralelamente, cresceu a tendência de mercantilização do ensino, com maior incentivo a parcerias público-privadas (PPPs) e ao fortalecimento de instituições privadas em detrimento da educação pública, gerando preocupações sobre a elitização do acesso ao conhecimento. A precarização das condições de trabalho dos professores, com congelamentos salariais e falta de investimento em infraestrutura escolar, contribuiu para a desmotivação e a evasão de profissionais da área, agravando ainda mais a crise educacional.

A pandemia de COVID-19 escancarou e intensificou esses problemas, evidenciando as profundas desigualdades no acesso à educação. A falta de infraestrutura tecnológica em regiões periféricas e a dificuldade de implementação do ensino remoto aumentaram a evasão escolar, especialmente entre estudantes negros, pobres e de comunidades rurais. Além disso, a agenda educacional passou a ser marcada por um viés ideológico conservador, com tentativas de censura a discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas, criando um clima de tensão e resistência por parte de educadores e movimentos sociais. O financiamento para pesquisas científicas e inovação nas universidades também sofreu cortes drásticos, prejudicando o desenvolvimento tecnológico e a produção de conhecimento no país.

Esse cenário de retrocessos não se limitou à educação. Desde 2016, observou-se uma ascensão de grupos conservadores, que passaram a influenciar políticas públicas e o

debate social, principalmente por meio das redes sociais. Temas como educação, cultura e sexualidade tornaram-se alvo de disputa ideológica, com tentativas de censurar conteúdos que abordam questões de gênero, raça e diversidade. O racismo estrutural, sempre presente na sociedade brasileira, tornou-se ainda mais evidente com o aumento da violência policial em comunidades periféricas e favelas, onde a população negra é a principal vítima. A política de "guerra às drogas" serviu como justificativa para operações policiais violentas e desproporcionais, reforçando um ciclo de discriminação e exclusão. Em resposta, movimentos sociais e organizações de direitos humanos intensificaram a luta contra o racismo institucional, pressionando por políticas de reparação e igualdade.

O discurso de ódio, muitas vezes legitimado por autoridades políticas, ampliou a polarização social e normalizou atitudes racistas em espaços públicos. Programas de ação afirmativa, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, passaram a ser questionados sob a falsa alegação de que representariam "discriminação reversa", ignorando séculos de exclusão histórica. A cultura também foi alvo de ataques, com tentativas de censurar artistas e produções que discutiam racismo e desigualdade, numa tentativa de silenciar vozes críticas e impor uma narrativa conservadora. A intersecção entre conservadorismo e racismo criou um ambiente hostil para avanços sociais, exigindo resistência contínua de movimentos negros, educadores, artistas e defensores dos direitos humanos.

Diante desse cenário, a luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, assim como a defesa de políticas antirracistas e inclusivas, segue sendo um desafio central para a sociedade brasileira. A construção de um futuro mais justo exige não apenas a reversão dos retrocessos recentes, mas também um compromisso coletivo com a equidade, o respeito à diversidade e a valorização do conhecimento como ferramenta de transformação social.

A cultura escolar e o currículo como espaços de disputa e transformação antirracista

Os saberes que compõem o trabalho docente não são neutros nem descontextualizados, pois a seleção cultural define o que é considerado legítimo ensinar, transformando o currículo formal — os conhecimentos prescritos — em currículo real — os saberes efetivamente ensinados e aprendidos. A escola, os currículos e os professores, embora muitas vezes apresentados como imparciais, estão impregnados de valores que refletem interesses de grupos dominantes, perpetuando desigualdades sob a falsa

aparência de neutralidade. Como aponta Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2008, p. 59), o sistema escolar pode legitimar privilégios culturais ao sancionar hierarquias sociais em nome de ideais democráticos, reforçando assim as estruturas de poder existentes.

A aprendizagem, como eixo central da ação educativa, exige uma compreensão crítica do processo de ensino, que não pode ser dissociado de suas dimensões sociopolíticas e culturais. A Abordagem Sociocultural ressalta que a educação deve emancipar, transformando o sujeito em agente de sua própria história, e não em mero receptor passivo (Maria Mizukami, 1986). Essa perspectiva dialoga com o pensamento de Paulo Freire, para quem a educação é um caminho da consciência ingênua à consciência crítica, superando a lógica opressora por meio do diálogo e da problematização. Nesse sentido, questiona-se a "educação bancária", que reduz o aluno a um depósito de informações, e valoriza-se a cultura e a linguagem dos estudantes como ferramentas de resistência à dominação.

Um currículo verdadeiramente emancipador vai além dos conteúdos programáticos, abarcando saberes, competências e valores transmitidos tanto explícita quanto implicitamente nas práticas pedagógicas:

tudo que é suposto de ser ensinado ou aprendido, segundo uma ordem determinada de programação e sob responsabilidade de uma instituição de educação formal, nos limites de um ciclo de estudos. Por extensão, o termo me parece fazer referência ao conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos (saberes, competências, representações, tendências, valores) transmitidos (de modo explícito ou implícito) nas práticas pedagógicas e nas situações de escolarização, isto é, tudo aquilo que poderíamos chamar de dimensão cognitiva e cultural da educação escolar (Jean-Claude Forquin, 2000, p. 48).

Essa visão está alinhada com os Direitos Humanos, que devem garantir dignidade a todos, independentemente de diferenças étnicas, de gênero, orientação sexual ou outras. No entanto, enquanto direitos civis e políticos avançaram em muitas sociedades, direitos sociais, econômicos e culturais ainda enfrentam resistências, exigindo ação estatal para assegurar condições básicas de vida e equidade. É nesse contexto que surgem pautas como os direitos das populações negras, indígenas e LGBTQIAPN+, reivindicando reconhecimento e justiça em espaços historicamente excluíentes.

O planejamento pedagógico, como destaca Gimeno Sacristán (2000, p. 286), deve ser flexível e intencional, adaptando-se às realidades dos estudantes. Essa reflexão ganha urgência quando pensamos na educação antirracista, instituída pela Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras. O racismo, enquanto estrutura fundante da sociedade brasileira, foi construído por ideologias que naturalizaram a escravidão e, posteriormente, negaram suas consequências através do mito da democracia racial. Esse mito apagou a resistência negra e dificultou a construção de identidades políticas autônomas, perpetuando desigualdades que se refletem até hoje nos currículos escolares.

A seleção cultural operada pela escola frequentemente silencia vozes marginalizadas, reduzindo suas narrativas a estereótipos ou apagando-as completamente. Por isso, a educação antirracista não se limita ao cumprimento legal, mas exige uma ruptura com hierarquias culturais que perpetuam exclusões. Integrar essas discussões ao cotidiano escolar é essencial para uma educação que promova justiça social e reconheça a diversidade como valor central.

Apesar dos avanços trazidos pela Lei 10.639/2003, como a ampliação de representações positivas de personagens negros em materiais didáticos, as mudanças ainda são insuficientes. Persistem representações estereotipadas ou sub-representadas, exigindo iniciativas mais profundas, como formação continuada para professores, revisão de currículos e criação de linhas de pesquisa que enfrentem séculos de marginalização. No entanto, a realidade docente impõe obstáculos estruturais: a precarização da profissão, com jornadas exaustivas e múltiplos vínculos empregatícios, limita o tempo para formação e reflexão pedagógica consistente. Como agentes centrais na concretização do currículo, os professores enfrentam desafios como falta de autonomia, pressão por resultados e lógicas empresariais que fragmentam o conhecimento, dificultando a construção de uma prática verdadeiramente antirracista e democrática.

Ao analisar a relação entre currículo e poder, percebe-se que a seleção dos conhecimentos escolares nunca é neutra, mas reflete dinâmicas sociais mais amplas. Nessa perspectiva crítica, Sacristán (2000) destaca o caráter político-pedagógico do currículo, argumentando que sua construção deve superar a mera transmissão de saberes hegemônicos. Como o autor explicita:

O currículo, como projeto seletivo de cultura, é condicionado por fatores sociais, políticos e administrativos, mas não pode se restringir à

reprodução acrítica de saberes disciplinares que privilegiam apenas perspectivas dominantes, pois isso significaria negar seu potencial transformador e sua função crítica frente às desigualdades educacionais. (Sacristán, 2000, p. 35)

A educação antirracista é, portanto, uma ferramenta indispensável para desconstruir o racismo estrutural, valorizando a diversidade e promovendo igualdade. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que incluem história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos, são passos importantes, mas insuficientes sem uma revisão profunda que incorpore temas como identidade, ancestralidade e resistência. É urgente adotar materiais didáticos livres de estereótipos, oferecer formação docente crítica e criar espaços escolares que celebrem a diversidade. Além disso, políticas de combate ao racismo e à discriminação, junto com a participação ativa de famílias e comunidades, são fundamentais para transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo e antirracista, capaz de enfrentar as heranças de um passado colonial que ainda assombra o presente.

O sindicato de professores como espaço de resistência ao racismo: a experiência do SISMMAC

Entendemos que um sindicato docente, por sua natureza de representação e organização, deve ser também um espaço privilegiado de formação de professoras e professores e de discussões conceituais e curriculares.

Os sindicatos de professores desempenham um papel crucial na definição e na melhoria das práticas curriculares escolares. Além de atuarem como representantes dos docentes, defendendo suas necessidades e perspectivas junto a órgãos governamentais e administrações escolares, essas entidades também buscam influenciar políticas educacionais e curriculares, garantindo que as vozes dos professores sejam ouvidas e consideradas na formulação de novas diretrizes. Essa atuação é fundamental para que as práticas pedagógicas reflitam as realidades e os desafios enfrentados no cotidiano escolar, promovendo uma educação mais inclusiva e socialmente relevante.

Uma das formas pelas quais os sindicatos contribuem para a melhoria das práticas curriculares é por meio da oferta de formação continuada e recursos para o desenvolvimento profissional dos professores. Essas iniciativas ajudam a atualizar e aprimorar as metodologias de ensino, alinhando-as às demandas contemporâneas da

educação. Além disso, muitas entidades sindicais patrocinam pesquisas e estudos sobre práticas educacionais e curriculares, gerando dados e evidências que podem embasar decisões sobre mudanças e reformas curriculares. Ao participar ativamente de comitês e conselhos escolares, os sindicatos também garantem que as perspectivas dos professores sejam integradas às discussões sobre o que e como ensinar, promovendo uma gestão democrática e colaborativa do currículo.

Ao cumprir essas funções, os sindicatos de professores não só reforçam a profissão, como também ajudam a construir currículos mais eficazes, representativos e relevantes socialmente. Essa atuação beneficia tanto os educadores, que se sentem mais apoiados e valorizados, quanto os estudantes, que têm acesso a uma educação de maior qualidade e mais conectada com suas realidades.

O Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) tem uma trajetória de luta e mobilização voltada à defesa dos direitos das professoras e professores da rede municipal de ensino de Curitiba. Sua história está intimamente ligada ao movimento sindical brasileiro e às transformações no cenário educacional e político do país. O SISMMAC foi fundado no contexto das lutas dos trabalhadores por direitos e melhores condições de trabalho, especialmente durante o período de redemocratização do Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, quando servidores públicos, incluindo os educadores, começaram a se organizar para reivindicar melhores salários, condições dignas de trabalho e valorização profissional.

Em 2023, a direção do SISMMAC participou da mesa sobre educação antirracista, junto com a exposição de fotos Paranáfrica, uma iniciativa criada para refletir, celebrar e reconhecer a importância da Consciência Negra no Paraná e no Brasil. O evento, realizado na Biblioteca Pública do Paraná, também contou com palestras, apresentações culturais e debates.

A parceria entre o SISMMAC e o CEPAT (Centro de Promoção de Agentes de Transformação) promoveu uma série de atividades voltadas à luta antirracista ao longo do mesmo ano, com o objetivo de fomentar reflexões, debates e ações que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas iniciativas buscam combater o racismo estrutural, valorizar a história e a cultura afro-brasileira e fortalecer a educação como ferramenta de transformação social.

A série de encontros "Abrindo o Livro" deu início à parceria, promovendo debates sobre obras literárias que abordam temas relacionados à negritude, à história afro-brasileira e às filosofias africanas. No dia 11 de maio de 2023, ocorreu o primeiro

encontro da iniciativa "Abrindo o Livro - Negritude e novos olhares", dedicado à obra "Filosofias africanas", de Nei Lopes e Luiz Antonio Simas, explorando as contribuições das filosofias africanas para a compreensão da diversidade cultural e para a descolonização do conhecimento. O encontro estimulou a leitura e a reflexão sobre as relações étnico-raciais e seus desafios transversais, destacando a relevância das raízes africanas no pensamento filosófico. Um dos temas centrais abordados nas atividades foi a reflexão crítica sobre o 13 de maio de 1888, data oficial da abolição da escravatura no Brasil. Longe de representar uma conquista, a abolição reduziu-se a "uma porteira aberta", porém, sem reparação, direcionamento ou políticas de inclusão para a população negra, que havia trabalhado escravizada por quase 400 anos. O 14 de maio, portanto, tornou-se um dia de dúvidas, agressões veladas e muitas perseguições pelas forças do Estado. A discussão destacou como o legado desse período persiste até os dias atuais, perpetuando desigualdades e violências que insistem em não acabar, reforçando a necessidade de políticas reparatórias e de ações concretas para superar as marcas deixadas por séculos de opressão.

Em agosto de 2023, ocorreu o encontro seguinte da série "Abrindo o Livro", com foco na obra "Presença Negra em Curitiba", de Maria Luiza Gonçalves Baracho e Marcelo Saldanha Sutil, que discutiu a influência dos afrodescendentes na história da capital paranaense. A obra resgata a rica contribuição cultural, social e econômica da população negra em Curitiba, muitas vezes invisibilizada, e reforça a importância de reconhecer e valorizar essa presença na formação da identidade da cidade.

No dia 16 de novembro daquele ano, um dos destaques da parceria foi o evento "Representação negra na política institucional: limites e avanços", que promoveu uma discussão aprofundada sobre as nuances do racismo estrutural e refletiu sobre os desafios e oportunidades para integrar a justiça racial nas práticas pedagógicas. O evento serviu como um espaço de encontro e aprendizado, reunindo educadores, estudantes, pesquisadores e ativistas comprometidos com a construção de um ambiente educacional e social mais justo e inclusivo.

Outra atividade relevante foi o debate "População negra no Brasil: dados para uma análise da conjuntura atual". Evento que propôs uma imersão em dados e análises sobre a realidade enfrentada pela população negra no Brasil, fornecendo aos participantes conhecimentos aprofundados sobre as desigualdades raciais, os desafios estruturais e as políticas públicas relacionadas à população negra. A discussão teve como objetivo embasar uma atuação mais consciente e transformadora na luta por equidade e justiça

social, destacando a importância de políticas afirmativas e da mobilização social para superar as barreiras impostas pelo racismo estrutural.

Ainda no ciclo de atividades, o encontro "Sociedade antirracista: como avançar na educação das relações étnico-raciais?", realizado em setembro de 2024, reuniu educadores, pesquisadores e ativistas para refletir sobre como a educação pode ser um pilar fundamental na luta antirracista. Foram discutidas estratégias para integrar a justiça racial nas práticas pedagógicas, com destaque para a necessidade de formação continuada dos professores, a inclusão de conteúdos que valorizem a diversidade étnico-racial e a desconstrução de estereótipos. O encontro reforçou a importância de ações colaborativas entre instituições educacionais e organizações da sociedade civil para promover a equidade racial e construir um ambiente educacional mais inclusivo.

Essas atividades realizadas em parceria entre o SISMMAC e o CEPAT, desde o ano de 2023, ininterruptamente³, reforçam o compromisso dessas instituições com a luta antirracista e a promoção da equidade racial. Por meio de debates, formações e reflexões críticas, essas iniciativas buscam não apenas conscientizar, mas também inspirar ações transformadoras no âmbito educacional e social. A educação, aliada ao engajamento coletivo, emerge como uma ferramenta poderosa para desconstruir o racismo estrutural e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ainda no ano de 2023, o SISMMAC assegurou uma vaga no Conselho Municipal de Política Étnico-Racial de Curitiba (Comper), que tem como missão garantir, promover, proteger e defender os direitos das diversas etnias na cidade. Para a direção do SISMMAC, o Comper tem o importante papel de fomentar ações de combate ao racismo e ao preconceito em todas as esferas da sociedade, considerando a rica diversidade étnica de Curitiba e a presença significativa da comunidade negra na cidade. O Conselho Municipal de Política Étnico-Racial é composto por 12 membros, incluindo dois representantes do Poder Executivo, dois do Poder Legislativo e oito da sociedade civil organizada, como é o caso do SISMMAC.

Ainda em 2023, a Prefeitura de Curitiba, distribuiu nas escolas uma revista em quadrinhos, "Turma do Curitibinha", que reforçou estereótipos racistas e promoveu

³ Para o ano de 2025, está prevista a programação: 03/04: A educação antirracista diante dos desafios da realidade escolar; 08/05: Religiões de matriz africana: caminhos e encontros; 03/06: Filosofia do samba e seus fundamentos: memória, ancestralidade e patrimônio; 21/08: Centenário de Frantz Fanon: a força do pensamento contracolonial; 18/09: Por uma filosofia matriarcal do samba; 23/10: Luta antirracista e militância social: como despertar novas lideranças?; 22/11: Percurso afro-curitibano: presença negra na capital paranaense. (nota dos autores)

representações prejudiciais de personagens negros e pardos. Enquanto os personagens brancos foram retratados com características idealizadas - como o protagonista, um menino branco de olhos verdes, e sua amiga Graciosa, loira, de olhos azuis, "meiga e dedicada aos estudos" -, os personagens negros e pardos foram associados a aspectos negativos. A personagem negra, apelidada de "Zezé", e o menino pardo, chamado "Fosco" (termo que significa "apagado, sem brilho"), foram representados de forma pejorativa: Fosco era descrito como "sacana", de mau caráter, com comportamento inadequado e supostamente menos inteligente.

Essa desigualdade na representação reforçou preconceitos já enraizados na sociedade, ensinando às crianças, desde cedo, uma hierarquia racial que associa branquitude a virtudes e negritude ou mestiçagem a características negativas. A linguagem utilizada no material foi inadequada para o público infantil, e a estigmatização de traços físicos, nomes e comportamentos prejudica a autoestima de crianças negras e pardas, além de alimentar visões distorcidas nas demais. A revista também associou práticas comuns entre jovens, como andar de skate e usar gírias, a estereótipos negativos, criminalizando culturalmente essas expressões culturais e esportivas.

Diante desse cenário, o SISMMAC denunciou à impresa os fatos e questionou se a Secretaria Municipal de Educação (SME) e os órgãos de controle da Prefeitura haviam realizado uma avaliação criteriosa desse material, pago com dinheiro público, ou se a gestão municipal compactuava com as visões preconceituosas nele presentes. O sindicato também formalizou denúncias ao Conselho Municipal de Política Étnico-Racial (Comper) e a outros órgãos competentes, exigindo o recolhimento e a revisão imediata da distribuição desses materiais, tendo em vista que o poder público e a educação deveriam promover igualdade e diversidade, e não reforçar discriminação e racismo estrutural.

O SISMMAC participou em 20 de novembro da audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) no Dia da Consciência Negra, que debateu o racismo nas escolas paranaenses e a urgência em promover uma educação antirracista. A audiência, que contou com a presença de entidades sindicais, parlamentares, representantes de entidades de defesa de direitos, professores universitários e militantes de causas sociais, ressaltou a necessidade de medidas concretas para combater o racismo no sistema educacional e fomentar uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

No caso específico do SISMMAC, a entidade tem se destacado na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo, compreendendo que educadoras e educadores

são agentes fundamentais na construção de ações políticas para a promoção da equidade e da justiça social.

Ainda no ano de 2023, o SISMMAC publicou um primeiro conjunto de materiais paradidáticos intitulado “Coleção Personalidades Negras”, produzido pela Comunicação da entidade em parceria com o Coletivo Étnico-Racial do sindicato. Essa iniciativa teve como objetivo fomentar reflexões nas salas de aula que promovessem o debate e reforçassem a construção da luta antirracista.

Os materiais consistem em lâminas de papel de alta gramatura, com ilustrações de personalidades negras de um lado e uma breve biografia no outro. Esses recursos foram distribuídos nas unidades escolares da rede municipal de Curitiba em 2023, visando facilitar o uso em sala de aula. A escolha por esse formato se deve à sua simplicidade e praticidade: a professora ou professor pode apresentar a ilustração da personalidade aos estudantes enquanto realiza a leitura da biografia, criando um momento de diálogo e reflexão. Considerando que o público majoritário da rede municipal de ensino de Curitiba são crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental (6 a 11 anos), optou-se por utilizar ilustrações adequadas à faixa etária, em vez de fotografias, que além de exigir autorizações para uso de imagem, poderiam não ser tão atraentes para o público infantil.

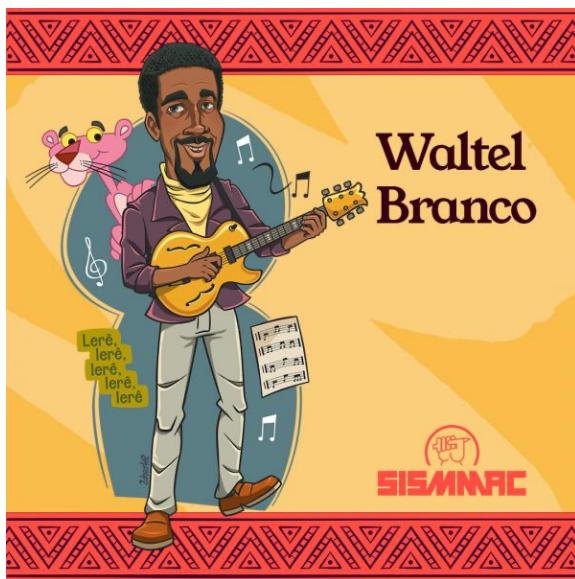
A primeira edição da coleção, lançada em 2023, destacou as trajetórias de personalidades negras como André Rebouças, Enedina Alves, Itamar Assunção, Laura Santos, Lélia Gonzalez, Maria Nicolas e Milton Santos, figuras que desempenharam papéis fundamentais na construção da sociedade brasileira. Essas histórias servem como base para práticas pedagógicas que valorizam e integram a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, reforçando a importância de uma educação antirracista. Essa abordagem é um compromisso ético e pedagógico que deve ser assumido por todos os profissionais da educação, visando à promoção da equidade e ao combate ao racismo.

A segunda edição da coleção amplia esse repertório, apresentou novas personalidades como: Antonieta de Barros⁴, Carolina Maria de Jesus⁵, Carlos Alberto

⁴ Antonieta de Barros (1901-1952), professora e primeira mulher negra eleita deputada estadual no Brasil. Foi dela o projeto que instituiu, em Santa Catarina, o 15 de outubro com Dia do Professor, data que se tornaria nacional 20 anos depois.

⁵ Carolina Maria de Jesus (1914-1977), escritora cujo talento literário expressou a dura realidade dos marginalizados no Brasil.

Oliveira dos Santos⁶, Palminor Rodrigues Ferreira⁷, Odelair Rodrigues⁸, Ruth de Souza⁹ e Waltel Branco¹⁰. Essas personalidades foram escolhidas por suas trajetórias marcadas pela resistência, além de suas contribuições culturais, científicas e sociais, que as tornam exemplos de potência e inspiração para estudantes e educadores. Ao compartilhar essas histórias, a coleção transcende o enriquecimento do repertório cultural. Ela se torna um veículo para a desconstrução de epistemologias eurocêntricas, historicamente dominantes em nossos currículos, especialmente num contexto como o curitibano. Propomos uma reorientação curricular, que não apenas inclua a história e a cultura afro-brasileira, mas as posicione como eixos de produção de conhecimento.



Fonte: <https://sismmac.org.br/sismmac-publica-nova-edicao-da-colecao-personalidades-negras/>

O Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC), em conjunto com Centro de Promoção de Agentes de Transformação – CEPAT, ligado à

⁶ Carlos Alberto Oliveira dos Santos (1940-2018), conhecido como deputado Caó. Foi deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro, autor da lei que define crimes resultantes de preconceito de raça ou cor e teve um papel muito importante na inclusão do crime de racismo na Constituição Federal de 1988.

⁷ Palminor Rodrigues Ferreira, conhecido artisticamente como “Lápis” (1942-1978), renomado músico e compositor curitibano.

⁸ Odelair Rodrigues (1935–2003), curitibana, foi uma das primeiras mulheres negras a ganhar visibilidade na televisão. Teve carreira marcante também no rádio, no teatro e no cinema.

⁹ Ruth de Souza (1921–2019) foi uma atriz pioneira no teatro, no cinema e na televisão. Participou de algumas das mais importantes obras cinematográficas e televisivas do país, pelas quais recebeu prêmios importantes.

¹⁰ Waltel Branco (1929–2018) foi um maestro, arranjador, compositor, guitarrista e violonista brasileiro, um dos grandes nomes da música brasileira. Nascido em Paranaguá, iniciou a carreira artística em Curitiba e, depois de mudar-se para o Rio de Janeiro, desenvolveu projetos com alguns dos maiores músicos da história do Brasil.

Pastoral Operária e outras entidades representativas¹¹ organizou diversas edições do “Percorso Afro-Curitibano: presença negra na capital paranaense”, em um evento que oferece a oportunidade de conhecer de perto as histórias e as contribuições afrodescendentes que moldaram Curitiba, trazendo à tona aspectos ocultos da cidade, em um trajeto cuidadosamente planejado para promover conhecimento e reflexão. Com um percurso de aproximadamente 3 quilômetros e duração aproximada de duas horas – é um convite para reviver narrativas que, por muito tempo, foram obscuras por uma idealização de “europeização” promovida pelas elites locais. Através de monumentos, arquiteturas e pontos históricos, os participantes serão programados por locais que são verdadeiros marcos da presença negra, revelando a construção simbólica e material da cidade sob uma nova perspectiva. Curitiba, como capital da região sul com o maior percentual de pessoas negras, carrega uma herança africana rica, muitas vezes invisibilizada. Por meio desta atividade, o SISMMAC e parceiros firmam compromisso com a memória histórica e a promoção da igualdade racial, para que essas histórias sejam conhecidas e celebradas. Os participantes receberam certificação, em parceria com o Projeto Diversitas Eventos, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Em síntese, o SISMMAC demonstra, por meio de suas ações, que um sindicato docente vai além da defesa de direitos trabalhistas, assumindo um papel fundamental na formação crítica de professores e na promoção de políticas educacionais antirracistas. Sua parceria com o CEPAT e outras entidades reforça o compromisso com uma educação inclusiva, por meio de debates, formações e materiais pedagógicos que valorizam a história e a cultura afro-brasileira. Além disso, a atuação do sindicato no combate ao racismo estrutural — seja denunciando representações estereotipadas, seja ocupando espaços institucionais como o Comper — evidencia seu papel na luta por equidade e justiça social. Ao investir em iniciativas como a Coleção Personalidades Negras e o Percorso Afro-Curitibano, o SISMMAC não apenas garante representatividade a estudantes e educadores, mas também contribui para a construção de um currículo mais plural e democrático. Essas ações reforçam a ideia de que a educação, quando aliada à

¹¹ Algumas das entidades/movimentos sociais parceiros do SISMMAC são: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Associação Cultural de Negritude e Ação Popular – ACNAP, Pastoral Afro-Brasileira, Dialogar Mediação Familiar, Núcleo de Direitos Humanos da PUCPR, Curso Popular Ubuntu, Julho das Pretas, Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Paraná – APP, Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência e Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – UEM (nota dos autores).

mobilização coletiva, é uma ferramenta transformadora capaz de desconstruir opressões e construir uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Considerações

A realidade educacional de Curitiba apresenta um paradoxo significativo: enquanto a cidade abriga a maior população negra da região Sul, sua identidade cultural continua sendo construída sobre narrativas que marginalizam as contribuições afrodescendentes. Essa contradição se manifesta de forma particularmente aguda no âmbito escolar, onde materiais didáticos e práticas pedagógicas frequentemente reproduzem visões estereotipadas ou simplesmente omitem o protagonismo negro na formação da sociedade curitibana. A análise dos recursos educacionais disponíveis revela que, apesar do arcabouço legal existente, persiste uma lacuna substancial entre a legislação antirracista e sua efetiva implementação nas salas de aula.

A luta por uma educação antirracista no Brasil, especialmente no contexto escolar de Curitiba, revela-se como um desafio complexo e urgente, que exige não apenas a implementação de leis, mas uma transformação profunda nas estruturas educacionais e sociais. O racismo estrutural, enraizado nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos e na formação docente, perpetua desigualdades que marginalizam estudantes negros e silenciam suas histórias. Os dados alarmantes que apontam a escola como um dos principais espaços de racismo evidenciam a necessidade de ações concretas que vão além do discurso, exigindo uma revisão crítica do currículo, da cultura escolar e das relações de poder que moldam o ambiente educacional.

Nesse cenário, o SISMMAC emerge como um ator na promoção da educação antirracista, demonstrando que os sindicatos docentes podem e devem ir além da defesa de direitos trabalhistas, assumindo um papel ativo na formação política e pedagógica de professores e da sociedade. Através de iniciativas como a “Coleção Personalidades Negras”, o “Percorso Afro-Curitibano” e a série de debates promovidos em parceria com o CEPAT, o sindicato não apenas fornece ferramentas para a desconstrução do racismo em sala de aula, mas também possibilita a representatividade de estudantes e educadores negros. Essas ações mostram que a educação antirracista não se resume à inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, mas demanda uma ruptura com o epistemicídio que historicamente excluiu saberes africanos e indígenas dos espaços de conhecimento.

A atuação do SISMMAC no Conselho Municipal de Política Étnico-Racial (COMPER) e sua denúncia contra materiais didáticos racistas, como a revista “Turma do Curitibinha”, reforçam o compromisso do sindicato com a luta institucional e a pressão por políticas públicas que combatam o racismo estrutural. Essas iniciativas evidenciam a importância da articulação entre movimentos sociais, sindicatos e instituições públicas na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, antirracista e democrática. No entanto, os desafios persistem: a falta de formação docente crítica, a resistência de setores conservadores e a fragilidade na implementação de leis como a 10.639/2003 mostram que a mudança não ocorrerá sem enfrentamentos.

A educação antirracista, como projeto, exige uma revisão radical das bases do sistema educacional, incorporando epistemologias negras e indígenas, valorizando a representação docente negra e decolonizando o currículo. O trabalho do SISMMAC ilustra como a mobilização coletiva pode criar alternativas a esse modelo excludente, mas também ressalta a necessidade de ampliar essas ações para que se tornem políticas de estado, e não apenas iniciativas pontuais. A construção de uma sociedade mais justa passa, necessariamente, por uma escola que reconheça a diversidade como fundamento, e não como exceção, e que transforme a luta antirracista em um eixo central da prática educativa.

Nesse sentido, cremos que experiências como a do SISMMAC servem como referência para outros sindicatos e instituições, mostrando que a resistência ao racismo se dá tanto na denúncia quanto na construção de alternativas pedagógicas emancipatórias. A educação, quando aliada à organização coletiva, torna-se uma ferramenta poderosa na desconstrução de opressões e na afirmação de um projeto democrático que valorize todas as vozes e histórias. A luta antirracista na educação não é apenas uma questão de reparação histórica, mas um imperativo ético para a construção de um futuro onde a equidade e a justiça social sejam realidade, e não apenas aspiração.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan.

2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 jan 2025.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 17 jan 2025.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): características gerais dos moradores 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 fev 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar 2021: Notas Estatísticas. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 08 fev 2025.

_____. INEP. Microdados do Censo Escolar 2021. Brasília: INEP, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 08 fev 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2021: divulgação dos resultados. Brasília: INEP, 2022c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 08 fev 2025.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FORQUIN, Jean-Claude. O currículo entre o relativismo e o universalismo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, p. 47-70, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4205.pdf>. Acesso em: 30 mar 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IPEC. Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, Pesquisa do Instituto Peregum com o Projeto SETA apresenta dados sobre percepção do brasileiro em relação ao racismo. São Paulo, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/>. Acesso em: 05 fev 2025.

KIOMBBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIOS, Flavia. *Racismo e educação no Brasil: perspectivas críticas*. São Paulo: Contexto, 2020.

SISMMAC. SISMMAC publica nova edição da coleção Personalidades Negras. 2023. Disponível em: <https://sismmac.org.br/sismmac-publica-nova-edicao-da-colecao-personalidades-negras/>. Acesso em: 14 dez 2024.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025.

